



A ALOCAÇÃO DOS PARTIDOS NO ESPECTRO IDEOLÓGICO A PARTIR DA ATUAÇÃO PARLAMENTAR

THE ALLOCATION OF PARTIES IN THE POLITICAL SPECTRUM FROM THE PARLIAMENTARY BEHAVIOUR

LA ALOCACIÓN DE LOS PARTIDOS EN EL ESPECTRO IDEOLÓGICO A PARTIR DE LA ACTUACIÓN PARLAMENTARIA

Fernando Scheeffler¹

Resumo: Embora haja várias formas de classificação dos partidos em uma escala esquerda-direita (E-D), a análise do comportamento efetivo é um dos métodos mais importantes visto que se pauta no que é fundamental: a ação dos agentes políticos. Diante disso, o presente artigo pretende comparar a tradicional classificação dos partidos brasileiros com a análise de 24 votações nominais notadamente ideológicas realizadas na Câmara dos Deputados no período de 2011 a 2015. Foi elaborada uma classificação geral a partir do comportamento efetivo no total de votações analisadas; e, de forma conjunta, o posicionamento em temas clássicos e nos chamados “novos” temas. No geral, chamam a atenção algumas dissonâncias importantes com o que é corriqueiramente vislumbrado pela Ciência Política. O PT permanece na esquerda, só sendo superado pelo PSOL. O DEM não é o partido mais à direita do espectro político, enquanto que o PMDB se coloca à direita do PSDB e próximo ao DEM, ou seja, se comporta como um partido de direita.

Palavra-chave: Comportamento parlamentar; Esquerda; Direita; Classificação ideológica.

Abstract: Although there are several ways of classifying the parties on a Left-Right (L-R) scale, the analysis of the actual behavior is one of the most important methods since it's based on what is fundamental: the action of the political agents. Therefore, this article intends to compare the traditional classification of the Brazilian parties by analyzing 24 ideological roll-call votes held in the Chamber of Deputies from 2011 to 2015. A general classification was elaborated based on the actual behavior in the total number of votes analyzed and jointly the positioning in classical themes and in the so-called "new" themes. Some important dissonances with what is commonly envisioned by Political Science draw the attention. Workers Party (PT) remains on the left exceeded only by Party of Socialism and Liberty (PSOL). Democrats (DEM) is not the party to the right of the political spectrum, whereas Brazilian Democratic Movement (PMDB) places itself to the right of Brazilian Social Democrat Party (PSDB) and close to DEM which behaves like a right-wing party.

¹ Professor e pesquisador da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (fernando.scheeffler@udesc.br).

Keywords: Parliamentary behavior; Left; Right; Ideological classification.

Resumen: Aunque hay varias formas de clasificación de los partidos en una escala Izquierda-Derecha (E-D), el análisis del comportamiento efectivo es uno de los métodos más importantes ya que se pauta en lo que es fundamental: la acción de los agentes políticos. En el presente artículo se pretende comparar la tradicional clasificación de los partidos brasileños con el análisis de 24 votaciones nominales notadamente ideológicas realizadas en la Cámara de Diputados en el período de 2011 a 2015. Se elaboró una clasificación general a partir del comportamiento efectivo en el total de votaciones analizadas ; y, de forma conjunta, el posicionamiento en temas clásicos y en los llamados "nuevos" temas. En general, llaman la atención algunas disonancias importantes con lo que es corrientemente vislumbrado por la Ciencia Política. El PT permanece en la izquierda, sólo siendo superado por el PSOL. El DEM no es el partido más a la derecha del espectro político, mientras que el PMDB se coloca a la derecha del PSDB y cerca del DEM, o sea, se comporta como un partido de derecha.

Palabra clave: Comportamiento parlamentario; izquierda; derecho; Clasificación ideológica.

1 Introdução

Dalton e McAllister (2015) afirmam que são inúmeros os estudos empíricos utilizando métodos variados para estimar as posições dos partidos em uma escala Esquerda-Direita (E-D). Os métodos mais comuns são os estudos dos manifestos e programas partidários, a avaliação de especialistas, a autolocalização das elites políticas, bem como a percepção dos cidadãos. Segundo eles, não há nenhuma fonte única e definitiva para identificar a posição de um partido e em grande medida todas elas se demonstram medidas consistentes, levando logicamente em consideração o contexto e os fatores a serem considerados. No caso brasileiro, o processo se dá de forma semelhante. Para Tarouco e Madeira (2013), são muitos os métodos para localizar os partidos no eixo Esquerda-Direita, normalmente se utilizando da imagem que a opinião pública constrói a seu respeito, avaliação realizada por especialistas, declarações dos próprios partidos, como também a atuação parlamentar.

Embora a avaliação de especialistas seja o método mais comum de inserção dos partidos em uma escala E-D, muitos se atêm ao estudo dos manifestos ou então a análise de entrevistas e questionários aplicados aos atores políticos, sendo que, nos dois casos, há uma categorização que permite alocar os partidos em um ou outro lado. Em relação aos programas partidários, analisados de forma isolada podem simplesmente se apresentar enquanto um cardápio de propostas bem-vindas para a maioria dos eleitores, sem condizer necessariamente com a atuação parlamentar dos membros do partido. Em relação ao questionamento aos atores políticos, pode-se supor que um parlamentar com uma mínima sofisticação política consiga decifrar facilmente o que o aplicador quer ler ou ouvir, sem necessariamente, como no caso anterior, agir de forma espelhada. Diante disso, a análise do comportamento efetivo é um dos métodos mais

importantes para verificar o posicionamento dos partidos no espectro ideológico visto que constata, no fim das contas, aquilo que se demonstra mais relevante: a ação política.

Scheeffter (2016) verifica o peso da ideologia no comportamento parlamentar em tempos atuais a partir da análise de um conjunto de votações nominais ocorridas durante o governo Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados brasileira, sejam elas ligadas a temas clássicos ou novos temas que se fazem presentes no debate contemporâneo. São analisados temas substantivos do ponto de vista político-ideológico e que, em tese, implicariam em dissenso entre parlamentares e partidos de esquerda e de direita. O presente artigo tem o propósito de, se utilizando desses dados, revisar a classificação dos partidos brasileiros a partir da atuação parlamentar. O intuito é propor uma classificação e compará-la com o que é mais aceito na Ciência Política em tempos atuais.

O presente trabalho inicia-se com uma breve contextualização do significado de esquerda e direita em tempos atuais e o que justificaria a alocação dos partidos em diferentes localizações no espectro ideológico. Feito isso, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa em questão, seguido da análise e discussão dos resultados.

2 Esquerda, direita, velhos e “novos” temas

Para que se possa entender o que supostamente representam os conceitos de direita e esquerda hoje, o primeiro passo é compreender o surgimento desses termos. Eles advêm da Revolução Francesa (1789), quando se iniciaram os trabalhos para a elaboração da primeira constituição francesa e quando os representantes políticos se posicionaram em lugares diferenciados nos assentos do plenário. De uma maneira bastante simplificada, é possível afirmar que à esquerda do plenário sentaram-se delegados identificados com o igualitarismo e a busca de uma reforma social, ao passo que à direita, um grupo identificado com a aristocracia e o conservadorismo (TAROUCO; MADEIRA, 2013). Embora etimologicamente tragam uma conotação espacial, em se tratando de ideologias políticas, passaram a denotar perfis político-ideológicos distintos.

No que diz respeito ao significado dessas expressões em tempos atuais, é possível afirmar que existem três grandes modos de interpretação. Uma minoria de autores acredita que os termos têm o mesmo sentido que tinham na Revolução Francesa. Há os defensores de que não faz mais sentido a utilização dessa nomenclatura e um terceiro grupo, a grande maioria, que sugere a atualização dos significados, ao acreditar que atualmente os termos direita e esquerda representam algo diferente do que representavam na sua origem.² Um dos defensores mais

² Representando o primeiro grupo, Sader (1995) afirma que a esquerda representa o conjunto de forças que lutam, essencialmente, por transformações que resultem na instauração de uma ordem diferente da capitalista, ou transformações que resultem em uma reformulação substancial desta. A crença de que não faz mais sentido a utilização da nomenclatura esquerda e direita fica clara na tese de que chegamos ao fim da história, evidenciada na célebre obra de Fukuyama (1992) “O fim da história e o último homem”. Verificada a derrota de todas as alternativas

conhecidos desta crença é Norberto Bobbio (1995). Para o autor, a díade direita x esquerda continua a ser utilizada, nesse sentido precisamos nos ater aos critérios propostos para sua legitimação. Assim sendo, para ele, há distinção significativa entre as pessoas neste aspecto. Para a esquerda, a igualdade deve ser priorizada em detrimento da liberdade (que para a direita deve ser conservada, mantendo-se as desigualdades entre os homens, tidas como naturais). Igualdade e liberdade caracterizam toda a trama de relações práticas e ideais de que é tecido o projeto democrático. “A antítese não poderia ser mais radical: em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inegalitário condena a igualdade social” (BOBBIO, 1995, p. 122).

Giddens (1996), na mesma perspectiva, afirma que este contraste é real e continua relevante. A direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda. Segundo ele, os neoliberais aceitam a importância da desigualdade e, até certo ponto, a veem como um princípio motivador da eficiência econômica. Os que criticam os neoliberais, geralmente, o fazem por considerar os modelos de livre mercado produtores de uma sociedade excessivamente dividida. Fica evidente que atualmente a dimensão “mais” ou “menos” Estado tem balizado grande parte do debate político e, por isso, estratégias do tipo socialdemocratas e neoliberais acabam por dar conta, em boa medida, dos principais projetos políticos defendidos em tempos recentes. Uma das alternativas teórico-práticas encontradas (conscientemente ou por intermédio de “erro e acerto”) pela nova esquerda foi a socialdemocracia.³

Para Giddens (2000), a direita e a esquerda ainda representam forças distintas e divergentes quanto ao futuro do *welfare state*. A maioria dos socialdemocratas defende um Estado com dispêndio elevado, ao passo que os neoliberais defendem um Estado mínimo. Essa parece ser a discrepância e a disputa fundamental entre a “nova esquerda” e o “novo liberalismo”. De um lado, em prol da justiça, a “nova esquerda” abandona o objetivo inicial de abolir o capitalismo e, em vez disso, se contenta em reformá-lo ou “humanizá-lo” por meio de um Estado interventor. Privilegiando a liberdade individual, o neoliberalismo passa a ser a roupagem da “nova direita”, que, acreditando nas benesses do mercado, defende um Estado mínimo.⁴

políticas à democracia liberal, segundo ele, presenciou-se o estágio mais avançado na progressão das sociedades humanas.

³ Diante desse cenário controverso, Sader (2009) aponta que a esquerda acabou oscilando entre projetos reformistas e projetos de ruptura. Para o autor, não existe necessariamente um antagonismo entre essas duas estratégias. Depende do tipo de reforma e, em última instância, o quanto esta consegue abalar as relações de poder. Se há consenso por parte da esquerda de que o capitalismo por si só não permite igualdade de oportunidades, o entrave maior está na possibilidade ou não de se “humanizá-lo” ou “domesticá-lo”. Mesmo tendo ciência desse tipo de leitura, optou-se por reduzir a esquerda à defesa de estratégias socialdemocratas e descartar a concepção marxista, não entrando no mérito dos limites de um ou outro modelo.

⁴ Deve-se ter cuidado em reduzir a dimensão esquerda-direita à maior ou menor intervenção estatal visto que, como aponta Couto (2014), trata-se de uma grande simplificação. Alguns intervencionismos podem ser de direita, por exemplo. No caso brasileiro, isso fica evidente, analisado o período de desenvolvimento do regime militar. Houve intervencionismo que, no entanto, não se demonstrou igualitário, pelo contrário. O crescimento é prioridade e a desigualdade é necessária para a promoção do mesmo e para o bom funcionamento do mercado. Dessa forma, o

Aggio (2013) apresenta alguns valores que permanecem como eixos da identidade política e cultural da esquerda hoje, o que se encaixa perfeitamente no conjunto de princípios socialdemocratas:

1. A defesa do bem-estar social ao invés do bem-estar individual;
2. A valorização das responsabilidades coletivas;
3. A extensão da igualdade de oportunidades para todos;
4. A vigência de um Estado forte, que seja capaz de corrigir as injustiças sociais por meio de uma ação distributivista da riqueza material produzida pela sociedade e, por fim,
5. A perspectiva de uma mudança das estruturas de poder por meio da democratização e da participação política (p. 102).

Já o neoliberalismo, segundo Anderson (1995), é um fenômeno distinto do liberalismo clássico. É uma adaptação e atualização do liberalismo clássico às novas condições sociais e históricas. Nasce logo depois da Segunda Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte. Foi, segundo o autor, uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar.

Segundo Hofling (2001), as ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista (políticas públicas estatais) são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado seria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa e a concorrência privada, podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar, com vistas a restabelecer esse equilíbrio. Uma vez mais, o livre mercado é apontado pelos neoliberais como o grande equalizador das relações entre os indivíduos e das oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade. Nesse ideário, o mercado é a matriz da riqueza, da eficiência e da justiça.

Para Moraes (2002), as narrativas neoliberais pretenderam, e em certa medida conseguiram, oferecer explicação palatável para os problemas derivados das políticas sociais ou do Estado de Bem-Estar Social. Três argumentos são centrais:

- os custos crescentes (e tendencialmente insuportáveis) das políticas sociais e seu impacto sobre os fundos públicos (inflação, endividamento);
- os efeitos deletérios dessas políticas sobre valores, comportamento de indivíduos, grupos sociais e empresas;
- os resultados desastrosos, sobre o processo decisório e sobre as instituições democráticas, da maquinaria política exigida pela implementação desses programas (MORAES, 2002, p. 2).

intervencionismo apenas pode ser associado à esquerda em sua vertente igualitária. São condizentes políticas de distribuição de renda, bem como políticas regulatórias que obrigam os agentes privados a promover algum tipo de redistribuição.

De forma bastante simplificadora e para fins didáticos segue uma tentativa de sistematização de algumas diferenças da esquerda e da direita em tempos atuais e que justifica a escolha da legislação analisada, bem como expectativa de comportamentos diferentes entre parlamentares de esquerda e direita.

Quadro 1 - Divergências em relação a temas ligados as ideologias clássicas

Esquerda	Direita
A intervenção econômica deve dar-se sempre que se julgar necessário (KEYNES, 1985).	O Estado deve abster-se de questões econômicas, já que o mercado se autorregula, como se houvesse uma "mão invisível" orientando esse processo (SMITH, 1982).
A pobreza se dá, sobretudo, por desigualdade de oportunidades. Enquanto problema social, pode ser enfrentada via programas sociais ou superação da ordem, no caso de uma esquerda mais radical (SOUZA, 2009).	A pobreza, quando atacada, deve dar-se de forma focalizada e limitada. Auxílios "exagerados" podem levar à acomodação e ao declínio da "ética do trabalho" (OLIVEIRA, 2003).
A criminalidade pode ser explicada, essencialmente, pela inserção em um contexto social que oferece desigualdade de oportunidades (SOUZA, 2009).	A criminalidade, em grande parte, é responsabilidade dos indivíduos (SOUZA, 2009).
A carga tributária deve ser extensiva para financiar o Estado e oferecer serviços de qualidade para os que precisarem (COUTO, 2006).	Os tributos são maléficis, pois sobrecarregam as empresas e desfavorecem o crescimento econômico (MORAES, 2002; OLIVEIRA, 2003).
Defesa de uma ampla legislação trabalhista que normatize o mundo do trabalho (COUTO, 2006).	O mercado de trabalho deve ser desregulado, visto que o mercado autorregula as relações de trabalho (OLIVEIRA, 2003).
Os serviços, sobretudo aqueles estratégicos, devem ser oferecidos pelo Estado (AGGIO, 2013; SETEMBRINI, 1997).	Buscando diminuir o tamanho do Estado, uma boa estratégia é passar para a iniciativa privada serviços que são estatais - privatização (MORAES, 2002; OLIVEIRA, 2003).

Fonte: elaborado pelo autor.

Como aponta Heywood (2010a), no cerne das mudanças que estamos presenciando, está a transição das sociedades industriais para as pós-industriais. Nas sociedades industriais, as divisões de classes eram relativamente mais claras, o que contribuía, por exemplo, para a estruturação do processo político, sistema partidário, competição entre grupos de interesse e o próprio debate ideológico. Já as sociedades pós-industriais são diferentes em vários aspectos e se tem a emergência de questões pós-materialistas. O célebre defensor do chamado pós-materialismo é Inglehart (1977). Segundo ele, haveria, após a segunda metade do século XX, uma lenta e gradual mudança de um amplo espectro de valores humanos. Tais mudanças representariam modificações profundas no mundo do trabalho, no campo religioso, nas relações de gênero, nas orientações sexuais e na atividade política. Em tempos de escassez, os seres humanos tenderiam a priorizar objetivos relacionados ao desenvolvimento material e colocariam em segundo plano questões transcendentais, subjetivas ou de longo prazo. Em tempos de mudanças socioeconômicas significativas, que caracterizariam as sociedades pós-industriais, haveria como decorrência mudanças significativas nas prioridades individuais.

Questões econômicas perdem espaço e dão lugar a um esforço diferenciado para maximizar o bem-estar no mundo contemporâneo. Em suma, depois de alcançada a segurança material, dá-se espaço a questões pós-materialistas, como qualidade de vida em seu sentido amplo, preservação ambiental, possibilidade de autoexpressão, dentre outras.

O novo cenário fluido proposto por uma gama significativa de autores tenta expor a complexidade de um tempo em que as divergências e os antagonismos vão além do mundo material, bem como da concepção do "melhor" Estado possível. Autores como Heywood (2010b) e Rosas e Ferreira (2013), no que diz respeito à dicotomia esquerda e direita, optam por falar em "velhos" e "novos" temas, opção escolhida aqui. Smith, citado por Mair (2007), ressalta a plasticidade da dimensão esquerda-direita, a capacidade desses termos acomodarem novas questões e novos padrões de competição. Segundo Heywood (2010a, p. 28),

[...] há ideologias "grossas" ou "finas" conforme o alcance de sua estrutura conceitual. Enquanto o liberalismo, o conservadorismo e o socialismo baseiam-se num amplo e característico conjunto de valores, doutrinas e crenças, o anarquismo e o feminismo, por exemplo, são mais "finos", tendo em geral um caráter "transversal", visto que incorporam elementos de tradições ideológicas mais "grossas". Isso também explica o porquê das confusões e debates sobre se o nacionalismo e o multiculturalismo são ideologias por si sós ou apenas "adornos" de outras ideologias "anfitriãs".

Se é fácil constatar o quanto as ideologias se metamorfoseiam com o tempo, o grande dilema está em saber quais delas são "braços" das primeiras ou então novas questões e, por isso, independentes.⁵ Heywood (2010a; 2010b) busca apresentar as principais ideologias clássicas, assim como as "novas" ideologias. Estas últimas, segundo ele, diferem das "clássicas" por várias razões, sendo três as principais diferenças. Em primeiro lugar, houve uma mudança de enfoque da economia para a cultura. Ideologias como o liberalismo e o socialismo, por exemplo, ocupavam-se primordialmente de questões de organização econômica. As "novas" ideologias, diferentemente, estão mais interessadas na cultura do que na economia. Valores, crenças e estilos de vida das pessoas sobrepõem-se à busca por conforto econômico ou justiça social. Em segundo lugar, o termo classe social passa a dar lugar à identidade. Falar em identidade é vincular o pessoal ao social. Não se nega o contexto cultural, social e ideológico, ao mesmo tempo em que se leva em consideração a possibilidade de escolha e autodeterminação (individualização). Por fim, o universalismo dá lugar ao particularismo. As novas ideologias enfatizam fatores como gênero, cultura, etnia. Ganha destaque a "política da diferença" e declina a política da emancipação universal. A partir dos anos 1960, segundo ele, não só

⁵ Scheeffler (2016) apresenta algumas pistas no que diz respeito à (des)conexão entre "velhos" e "novos" temas. Em se tratando de questões ambientais, por exemplo, constata-se uma maior relação com distinções clássicas, visto que se fazem presentes divergências sobre uma maior ou menor regulação estatal do setor. O mesmo não ocorre com questões morais. É notória uma independência que pode ser ilustrada pela teologia da libertação. Um defensor desta corrente de inspiração marxista poderia ser considerado de esquerda levando em consideração questões clássicas, entretanto de direita por defender a família tradicional.

ocorreriam mudanças nas ideologias bem estabelecidas ou "clássicas", como também surgiria uma série de "novas" tradições ideológicas. Podem ser consideradas novas, pois deram notoriedade sem precedentes a certas áreas do debate ideológico. Segundo ele, as mais significativas são o feminismo, o ecologismo, o fundamentalismo religioso e o multiculturalismo. Cada uma, a seu modo, ressaltou o quão fragmentado passa a ser o debate ideológico.

Dalton, Farrell e McAllister (2011), de forma semelhante à Heywood (2010b), destacam que, historicamente, os termos esquerda e direita estavam ligados a posições contrastantes em relação a questões de bem-estar econômico e social. Um cidadão identificado com o ideário de esquerda apoiaria um papel atuante do governo na economia e serviços sociais mais amplos para assegurar o bem-estar da classe trabalhadora. A direita, distintamente, era sinônimo de defesa de um Estado mínimo, programas sociais modestos e a defesa dos interesses econômicos da classe média. Hoje, no entanto, a dicotomia extrapola essas questões socioeconômicas. Uma série de outras questões entraram na agenda política e passaram a fazer parte do âmbito esquerda e direita. Mais do que isso, para um operário alemão, esquerda pode significar políticas de assistência social, já para um jovem estudante universitário, pode significar proteção ambiental e multiculturalismo.

Ao buscar ir além das ideologias clássicas, é importante ter cuidado no uso de alguns termos que, em se tratando de novas ideologias, podem ter significados distintos, se não totalmente contraditórios. Falar em liberalismo enquanto ideologia de direita, por exemplo, só faz sentido em se tratando da não intervenção social e econômica do Estado, o que infringiria a liberdade individual. Nesse caso, estamos nos referindo ao liberalismo político e econômico enquanto ideologia clássica que prevê a defesa de um Estado mínimo. Em "novos" temas, o chamado (neo) conservadorismo, roupagem da nova direita, se sobressairia em relação à defesa da liberdade individual. Quando se fala em liberalismo em termos não econômicos, a correlação é invertida. Estamos falando de uma defesa da esquerda. Almeida (2001) deixa claro que na dimensão econômica, diminuir a intervenção e regulamentação estatal está associado com ser de direita. O oposto está associado à esquerda. Justamente o inverso ocorre quando tratamos de compreender a ação do Estado em relação aos costumes. A punição ou regulamentação de comportamentos sociais e culturais, como criminalizar o aborto, está associado à direita. A não ação social nesse caso está associada à esquerda. Levin (2014) afirma que a esquerda de hoje exhibe claramente uma combinação entre coletivismo e individualismo moral, enquanto a direita um liberalismo conservador. Nas palavras de Heywood (2010a, p. 97),

[...] essa nova direita é como um casamento entre duas tradições ideológicas aparentemente antagônicas. A primeira delas é a economia liberal clássica, [...] uma crítica ao governo "grande" e à intervenção social e econômica. Ela é chamada de nova direita liberal, ou neoliberalismo. O segundo elemento da

nova direita é a teoria social conservadora tradicional que enfatiza sobretudo a defesa da ordem, da autoridade e da disciplina. Esta é chamada de nova direita conservadora, ou neoconservadorismo.

Segue um quadro-síntese com o propósito de didaticamente demonstrar o posicionamento da esquerda e da direita sobre alguns “novos” temas presentes no cenário atual.

Quadro 2 - Divergências em relação aos “novos” temas

Esquerda	Direita
Descriminalização do aborto.	Aborto ilegal.
Liberação do uso da maconha.	Uso ilegal da maconha.
Legalização da união entre pessoas do mesmo sexo.	Proibição da união matrimonial de duas pessoas do mesmo sexo.
Defesa de ações afirmativas para grupos considerados desprivilegiados.	Ações afirmativas tidas como medidas discriminatórias.
Prioridade para a problemática ambiental.	O uso restrito da natureza impede o crescimento econômico.
Tendência ao liberalismo, em se tratando de questões comportamentais.	Tendência ao conservadorismo.

Fonte: Adaptado de Almeida (2001)

Como disposto no quadro 2 e condizente com o que se esperaria teoricamente, a esquerda seria mais liberal em temas morais, a direita, conservadora; a esquerda, defensora do multiculturalismo, a direita, mais avessa; esquerda e direita divergiram sobre a melhor forma de participação política, a esquerda tenderia ser mais ambientalista, a direita, menos por considerar a regulação ambiental um empecilho ao crescimento econômico.

Questão central nessa discussão é saber o quanto que o posicionamento esquerda-direita é adequado para diferenciar as posições em relação a temas relacionados a questões pós-materialistas. Vários são os estudos que sugerem este vínculo em vários países (CHARNOCK; ELLIS, 2004 (Austrália); LAYMAN; CARMINES, 1997 (Estados Unidos); BELCHIOR, 2010 (Bélgica, França, Alemanha e Luxemburgo); JOU, 2011 (Japão, Coréia do Sul, Filipinas e Taiwan); THOMASSEN, 1999 (Holanda); SCHEEFFER, 2016 (Brasil)). Em comum está a constatação da presença de questões que extrapolam divergências a respeito do Estado/mercado importantes e descartam a tese de um sistema multidimensional.⁶

Empiricamente, é possível constatar que atitudes de esquerda e direita estão diretamente relacionadas a clivagens políticas existentes e diferentes em cada país. Em Taiwan, essas orientações estão ligadas a divergências em relação à independência do país e às relações com a China. No México, a questão da corrupção e, mais recentemente, o cartel de drogas são importantes. A variável cultural, como igualdade de gênero e tolerância social, tem praticamente o mesmo peso da variável econômica e é uma clivagem fortemente relacionada com as posições de esquerda e direita hoje. A variável ambiental tem menor peso. No geral, a dimensão esquerda

⁶ Para Tarouco (2011) e Tarouco e Madeira (2013), se há uma substituição de valores materialistas por pós-materialistas, esta seria uma outra dimensão, sem necessariamente estar relacionada à tradicional dicotomia esquerda

e direita consegue fazer um bom mapeamento das divergências político-ideológicas, inclusive internacionalmente (DALTON; FARRELL; McALLISTER, 2011).⁷

3 Ideologia e comportamento parlamentar

É inegável a importância dos termos esquerda e direita no estudo dos partidos políticos, mais especificamente a implicação desses conceitos no comportamento dos atores políticos. Em nível internacional, vários são os estudos que apontam a validade do uso desta terminologia em tempos atuais (BUDGE ET AL., 2001; KLINGEMANN ET AL., 2006; DALTON; McALLISTER, 2015).

No Brasil, da mesma forma, também tem sido foco de interesse a verificação do grau em que as supostas diferenças ideológicas entre os partidos acarretam diferentes comportamentos dos atores políticos. Parte da literatura sugere que as questões ideológicas pouco explicam o comportamento dos atores políticos hoje ao constatar a presença de outras variáveis mais importantes, sobretudo o pertencimento ao governo/oposição (ZUCCO JR., 2009; 2011; LUCAS; SAMUELS, 2011). Por outro lado, uma série de outros autores, pautados na composição social dos partidos (RODRIGUES, 2002; MARENCO; SERNA, 2007), pesquisas de opinião de parlamentares (ROMA, 2006; MELO; CÂMARA, 2012), análise dos manifestos partidários (TAROUCO, 2011) e comportamento parlamentar (KINZO, 1990; 1993; LEONI, 2002; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995), defendem que os parlamentares ainda pautam suas ações nos conteúdos programáticos e nas ideologias de seus respectivos partidos.

Zucco Jr. (2011) trata da ideologia de forma matizada ao buscar atualizar o posicionamento ideológico dos principais partidos brasileiros pós-Constituinte por meio da PLB 2009⁸. Além das perguntas sobre localização ideológica presentes na PLB, foi incluída a pergunta “qual o tipo de sistema econômico seria mais adequado para o Brasil”, presente em quase todas as edições da pesquisa. Embora não se possa negar que a ideologia medida pelas preferências acerca do sistema econômico se apresenta mais tênue, ainda assim esquerda e direita ainda estão claramente associadas a maior e menor intervenção do Estado na economia, respectivamente, mesmo havendo uma significativa retração das posições mais à esquerda.

Rodrigues (2002), atendo-se à composição social dos partidos brasileiros aponta que estes se diferenciam não somente quanto à ideologia e à orientação política, mas também quanto aos segmentos sociais neles representados. Sem descartar a dinâmica interna das disputas parlamentares, os conflitos e as opções partidárias na Câmara dos Deputados não podem ser

e direita.

⁷ As informações fornecidas pelos autores provêm de uma base empírica oriunda de questionários aplicados em 36 países de 2001 a 2006. As questões foram agrupadas em três grandes dimensões: econômica, ambiental e cultural.

⁸ A Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB, 2009) é a penúltima de sete edições, projeto de *survey* iniciado em 1990. Trata-se do mais completo banco de dados sobre o pensamento dos parlamentares brasileiros e que resultou na obra de Power e Zucco Jr. (2011).

adequadamente compreendidos sem se dar conta dos interesses advindos da composição social diferenciada de cada partido.⁹

Roma (2006), analisando pesquisas de opinião aplicadas aos parlamentares, defende que a discordância entre as legendas permite posicioná-los ideologicamente. Por sua vez, o nível de consenso intrapartidário e de dissenso interpartidário é maior do que se supõe. Segundo o autor, o parlamentar em geral escolhe seu partido levando em conta a afinidade de crenças, assim como o eleitorado escolhe os que têm afinidade programática com o seu partido. Melo e Câmara (2012), em sentido semelhante, rejeitam a tese de que o sistema partidário brasileiro se encontra incoerente ou, ao menos, mais incoerente do que antes, inclusive discordando de que teríamos hoje o “PT contra o resto” (LUCAS; SAMUELS, 2011). A partir da análise de *surveys* realizados na Câmara dos Deputados, defendem que, mesmo sendo o PT em boa medida distinto dos demais partidos brasileiros, teríamos três grandes blocos e não dois. Teríamos o PT, PSDB/DEM/PPS e a existência de um bloco entre os dois polos (PMDB, PP, PTB, PR). A maioria das opiniões dos deputados do bloco PMDB/PTB/PP/PR aproxima-se mais do bloco PSDB/DEM/PPS do que do PT e seus aliados na maioria das questões analisadas. Nesse sentido, a tendência de uma convergência ao centro não permitiria anular a importância da variável ideologia.¹⁰

Tarouco (2011) cita que é inegável que corriqueiramente os programas dos partidos são negligenciados no Brasil. A partir daí busca testar sua hipótese de que os partidos brasileiros enfatizam questões distintas em seus manifestos. Por meio de análise de conteúdo e da criação de categorias de análise, confirma que os programas não têm o mesmo conteúdo e as diferenças não se dão de forma aleatória. A autora apresenta uma classificação dos partidos na escala Esquerda-Direita a partir da análise dos programas partidários e afirma que as diferenças fundamentais não estão necessariamente em diferentes respostas para os mesmos problemas, mas na ênfase em diferentes questões. Vários temas são bastante específicos em alguns partidos. O PSDB, por exemplo, destaca questões sobre o sistema político e sistema de governo. O PMDB volta-se prioritariamente a questões econômicas. Surpreendentemente, o PP (considerado um partido de direita) foi o que deu maior ênfase a questões de bem-estar.

Atendo-se de forma mais específica ao comportamento parlamentar, Kinzo (1990) pautada na análise das questões mais polêmicas do Projeto Cabral submetido ao plenário da Constituinte, propôs cinco categorias a fim de analisar os diferentes posicionamentos: governismo, conservadorismo, “democratismo”, nacionalismo e oposicionismo ao sistema financeiro. A partir das votações, criou uma escala de 0 a 10 para mensurar os posicionamentos

⁹ Comparando PT e PSDB, por exemplo, o PSDB seria formado prioritariamente por uma intelectualidade de renda elevada e por representantes de setores empresariais. O PT também conta com uma intelectualidade, com mais professores do que o PSDB, mas conta também com membros das classes populares. Praticamente, não há empresários entre os seus integrantes.

¹⁰ Teríamos uma clara distinção ideológica entre PT e PSDB, sobretudo no que diz respeito ao papel do Estado na

em cada uma das categorias. Como era de se esperar do ponto de vista teórico, os partidos à direita tiveram melhor pontuação em governismo e conservadorismo, ao passo que os partidos de esquerda se demonstraram contrários a essas categorias e com altos escores em “democratismo”, nacionalismo e com postura claramente antibancos. Houve congruência no posicionamento dos setores à direita como à esquerda.

Leoni (2002), por sua vez, buscou estimar as posições ideológicas dos deputados a partir das preferências expressas em votações nominais realizadas em plenário, entre 1991 e 1998. Analisadas as votações da 49ª e da 50ª legislatura e utilizados o banco de dados do CEBRAP, é possível afirmar que na Câmara dos Deputados há uma estrutura ideológica basicamente unidimensional e as posições dos partidos são previsíveis e estáveis ao longo do tempo. A disposição dos partidos de forma espacial (centro, esquerda e direita) é bastante nítida. Utilizando essa dimensão, seria possível prever 85% das votações em plenário. Figueiredo e Limongi (1995), em estudo seminal e de forma semelhante, analisando as votações nominais na Câmara dos Deputados no período de 1989-1994, 221 votações, afirmam que é claramente perceptível que as votações tendem a dividir o plenário de acordo com os padrões ideológicos clássicos. Uma votação ideologicamente consistente é aquela em que os partidos pertencentes a um mesmo campo do espectro ideológico se comportam de forma igual ou semelhante. Semelhante ao estudo anterior, é importante destacar que não está sendo analisado de forma pormenorizada o conteúdo do voto.

4 Procedimentos metodológicos

O período objeto de análise foi o governo Dilma Rousseff (2011-2015). Tendo acesso à base de dados do Núcleo de Estudos sobre o Congresso (NECON), com todas as votações nominais realizadas na Câmara dos Deputados no período, foram escolhidas aquelas com claro teor ideológico, isto é, aquelas em que foi possível supor um comportamento esperado dos partidos de esquerda e direita.¹¹ Preferencialmente, foram privilegiadas partes específicas das leis, partes menos consensuais e alvo de maiores divergências, visto que os textos finais, em muitos casos, são resultado de uma série de concessões e acordos. Fizeram parte da análise as 24 votações nominais dispostas abaixo.¹²

economia, política externa e opiniões sobre questões como união de pessoas do mesmo sexo e aborto.

¹¹ O período em questão se deve ao fato de, nesse período, se ter um banco de dados com todas as votações nominais ocorridas na Câmara dos Deputados. Evita-se, com isso, que o critério seja apenas acessibilidade.

¹² Como já exposto anteriormente, são chamados de “velhos” temas aqueles em que a distinção básica está em uma maior ou menor intervenção econômica e social. São tidos como “novos” temas aqueles que passam a estar em pauta

Quadro 3 – Legislação analisada

“Velhos” temas		Expectativa de comportamento	
		Esquerda	Direita
Economia	MPV 532/2011 /Amplia as áreas de atuação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - destaque PSDB (autoriza a criação de subsidiárias e adequa os Correios à Lei 6.404, das Sociedades Anônimas) – 17/08/2011.	Não	Sim
	PLN 36/2014 /Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 (fórmula de cálculo do superávit primário) – 04/12/2014.	Sim	Não
	PL 6726/2013 /Partilha do pré-sal – urgência para apreciação – 06/10/2015.	Não	Sim
Seguridade social	PL 1992/2007 /Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais – subemenda substitutiva global – 28/02/2012.	Não	Sim
Educação	PL 8035/2010 /Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 – destaque aplicação 10% PIB (público/privado) – 03/06/2014.	Não	Sim
	PEC 395/2014 /Cobrança por especialização em universidades públicas – substitutivo da comissão especial – 21/10/2015.	Não	Sim
Direitos trabalhistas	PL 382/2011 /Salário mínimo R\$600,00 – destaque PSDB – 11/02/2011.	Sim	Não
	PLP 302/2013 /Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico – emenda nº38 (destaque parcelas do seguro-desemprego) – 17/03/2015.	Não	Sim
	PL 4330/2004 /Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes –emenda aglutinativa nº 15 (terceirização da atividade-fim) – 22/04/2015.	Não	Sim
	MPV 665/2014 /Estabelece novas regras para concessão do seguro desemprego e do abono salarial – projeto de lei de conversão – 07/05/2015.	Não	Sim
Reforma agrária	PEC 438/2001 /Estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras) – 22/05/2014.	Sim	Não
Reforma política/eleitoral	PEC 182/2007 /Financiamento empresarial de campanha – emenda 28 – 27/05/2015.	Não	Sim
Segurança	PEC 171/1993 /Redução da maioria penal para 16 anos – substitutivo da Comissão Especial – 02/07/2015.	Não	Sim
Tributos	PLP 306/2008 /Criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS) – destaque DEM – 21/09/2011.	Sim	Não
	MPV 675/2015 /Eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras – projeto de lei de conversão – 03/09/2015.	Sim	Não
Relações internacionais	PDC 2600/2010 /Aumento repasse Paraguai (Tratado de Itaipu – 06/04/2011.	Sim	Não
“Novos” temas			
Meio ambiente	PL 1876/1999 /Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa – emenda 164 (regulariza a situação de ocupações ilegais em APPs até 2008) – 24/05/2011.	Não	Sim
	PL 4148/2008 /Estabelece que os rótulos dos alimentos destinados ao consumo humano informem ao consumidor a natureza transgênica do alimento – 28/04/2015.	Não	Sim

recentemente e relacionados a questões pós-materialistas.

Multiculturalismo	PL 6738/2013 /Reserva aos negros vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos – 26/03/2014.	Sim	Não
	PL 1057/2007 /Dispõe sobre o combate a práticas indígenas nocivas – subemenda substitutiva global – 26/08/2015.	Não	Sim
Participação social	PDC 1491/2014 /Susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS – 15/07/2014.	Não	Sim
Conservadorismo	PL 7699/2006 /Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências – texto “será respeitada a especificidade de gênero e orientação sexual da pessoa com deficiência”, inciso VI do §4º do art. 18 – 05/03/2015.	Sim	Não
Gênero/feminismo	PEC 182/2007 /PEC da fidelidade partidária – emenda aglutinativa nº 57 (cota para mulheres) – 16/06/2015.	Sim	Não
Direitos humanos	PL 7376/2010 /Criação da Comissão Nacional da Verdade – REQ 1548/2011 (urgência para apreciação) – 21/09/2011.	Não	Sim

Fonte: elaborado pelo autor

Elencadas as proposições que são objeto de análise, foram analisadas as votações nominais em plenário para averiguar o comportamento dos parlamentares. A partir do que foi discutido teoricamente no tópico 2 e melhor explorado por Scheeffter (2016), foi gerada uma expectativa de comportamento.

Nos chamados velhos temas, distinção clássica entre esquerda e direita, esperava-se que os partidos de esquerda se posicionassem a favor da ampliação dos serviços públicos e do papel do Estado, seja no plano político como no econômico. A direita, por sua vez, defenderia o oposto, isto é, a defesa de um Estado mais diminuto nos dois planos. Ainda fazendo parte dos velhos temas, teríamos uma esquerda com uma pauta pró direitos trabalhistas e reforma agrária. Em relação à política externa, a esquerda tenderia a priorizar as relações com países em desenvolvimento, enquanto a direita seria adepta do livre comércio e, conseqüentemente, contrária à exacerbação de medidas protecionistas entre os países (OLIVEIRA; ONUKI, 2010).

No que diz respeito aos “novos” temas, teríamos diferenças substanciais entre esquerda e direita, como exposto no quadro 2. No que diz respeito à questão ambiental, teríamos divergências importantes em relação ao papel do Estado na proteção ao meio ambiente e na regulação do uso dos recursos naturais (HEYWOOD, 2010b). No que tange ao multiculturalismo, a esquerda, em nome da defesa dos direitos multiculturais ou das minorias, defenderia uma discriminação “positiva” para assegurar igualdade. A direita, pautada nos princípios do liberalismo político, vê o multiculturalismo e a diversidade com ressalvas, pautada na crença central de que valores compartilhados e uma cultura comum são pré-requisitos necessários para o bom andamento da sociedade (FERNANDES, 2013; HEYWOOD, 2010b). Tema pós-materialista e conexo com a polaridade Esquerda-Direita é o da participação e com significado bastante peculiar no Brasil. Teríamos a contraposição entre a concepção liberal ou

minimalista e a defesa de mecanismos societários de participação.¹³ Como já exposto, em relação às questões morais, se esperaria uma direita mais conservadora e uma esquerda mais liberal. A direita busca manter a tradição, mais avessa a temas como o aborto e homossexualidade. A esquerda, nesse sentido, em nome da liberdade individual, acaba sendo mais favorável a questões dessa natureza.

Tendo isso claro, elaborou-se uma escala Esquerda-Direita, a partir do posicionamento em plenário, levando em consideração o total das leis analisadas, bem como o comportamento efetivo em relação a velhos e “novos” temas. A escala é construída tendo como 100 a porcentagem esperada de votos da direita, sim ou não, dependendo da lei, e alocando os demais partidos neste *continuum* (0-100). Para uma votação em que o esperado seria os partidos de direita votarem sim, por exemplo, um partido que foi majoritariamente favorável ficaria à direita daquele que pouco aderiu à proposta em questão. Pegando como exemplo a PEC 395/2014, que alteraria a redação do inciso IV do artigo 206 da Constituição Federal, que garante “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”, ao permitir cobrança dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e mestrados profissionais, 446 parlamentares votaram (318 favoráveis e 129 contrários). Por se esperar a adesão por parte dos partidos de direita e o voto contrário por parte da esquerda, a porcentagem de votos sim por parte do DEM e PSC (100%) os colocaria na extrema direita, tendo na extrema esquerda partidos como REDE e PSOL (100% contrários) e no centro partidos como PDT e PSB (55,5% e 36,6% de votos sim, respectivamente). O mesmo processo ocorreu em todas as votações e levando em consideração o total de leis analisadas.

Optou-se por apresentar os dados dos partidos que tiveram representantes eleitos em todas as votações com no mínimo 2 parlamentares. PSD, PROS e SD, não tiveram representantes em todas as votações por serem partidos novos. Foram incluídos visto que após serem criados contaram com bancadas significativas.¹⁴ O banco de dados foi construído a partir das informações disponibilizadas pelo *site* da Câmara dos Deputados e de responsabilidade do Centro de Documentação e Informação (CEDI).

5 Análise e discussão dos resultados

Na sequência, são apresentados os valores de referência construídos a partir da atuação parlamentar e conforme exposto nos procedimentos metodológicos.

¹³ Como aponta Silva (2014), no contexto sócio-político dos anos oitenta e na luta contra o centralismo autoritário do regime militar, a redemocratização e a gestão participativa passam a ser lutas encampadas pela esquerda.

¹⁴ O registro do PSD no TSE se deu em 27/09/2011, PROS e SD em 24/09/2013 (TSE, 2015). Por isso, do total de 18, o PSD esteve presente em 16 votações, PROS e SD em 14.

Quadro 4 - Valores de referência para a construção da escala E-D

Partidos	Escala geral	Posicionamento em velhos temas	Posicionamento em “novos” temas
PSOL	4,1	6,2	0
PT	26,7	38,8	2,3
PCdoB	29,4	38,3	11,5
PDT	32,4	23,2	50,8
PPS	33,4	27	46,4
PV	38,5	48,6	18,4
PSB	41,7	43,6	37,9
PROS	48,2	41,9	58,7
PR	55,7	50,9	60,9
PRB	57,3	51,3	69,4
PSC	61,1	55,8	71,8
PTB	61,6	62,5	59,9
PSDB	62,9	64,1	60,7
PMDB	63	63,1	62,9
DEM	63,8	63	65,2
PP	65,4	65,3	65,5
PSD	65,7	62,5	72,1
SD	68,5	64,6	75

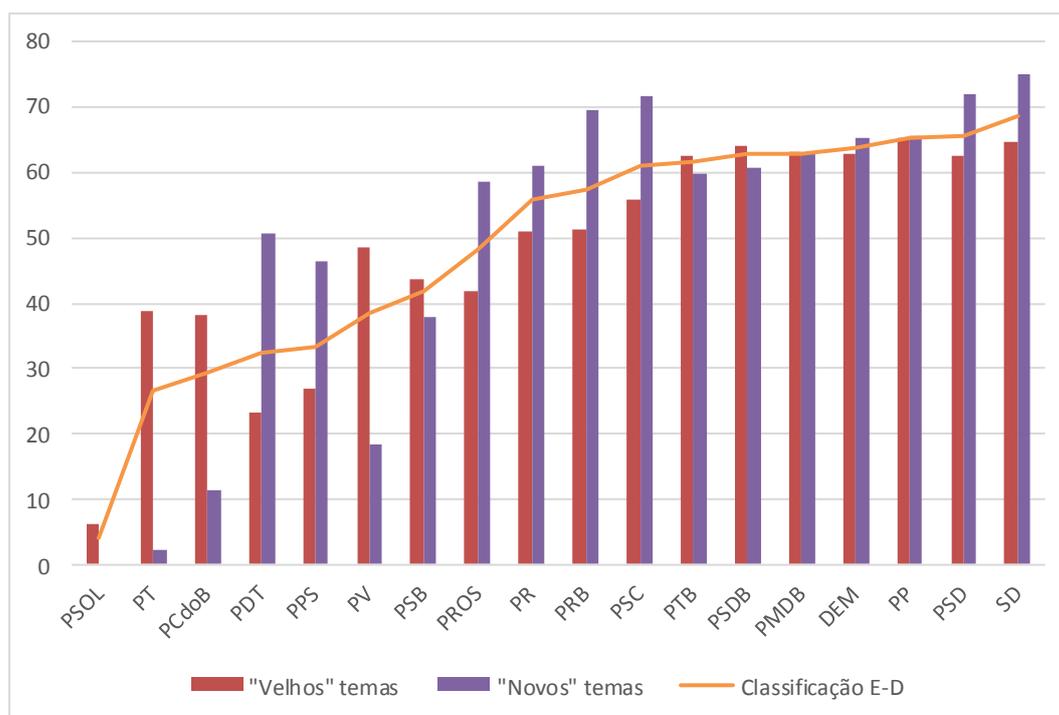
Fonte: Dados da pesquisa (elaboração do autor)

De antemão, o que se pode destacar são os diferentes posicionamentos em relação à “velhos” e “novos” temas que fazem parte do debate político. Um claro exemplo é o PT, neste caso, o componente ideológico é impactado pelo posicionamento estratégico, como destacado por Scheeffler (2016). Em temas que envolvem recursos financeiros, a ideologia é colocada em segundo plano. Teríamos, nesse caso, a emergência do PT governo em detrimento do PT esquerda.¹⁵

A partir dos dados presentes no quadro 4, segue uma escala E-D a partir do posicionamento em plenário. Em laranja, está a classificação geral a partir do comportamento efetivo no total de votações analisadas (24). De forma conjunta, em vermelho, consta o posicionamento nos temas clássicos, naqueles (16) que envolvem sobretudo discussão a respeito de uma maior ou menor presença do Estado na vida das pessoas. Em roxo, o posicionamento dos partidos nos chamados “novos” temas, aqueles (8) que extrapolam essa dimensão. Como descrito nos procedimentos metodológicos, optou-se aqui por apresentar os dados dos partidos que tiveram representantes eleitos em todas as votações com no mínimo 2 parlamentares, com exceção do PSD, PROS e SD, que não participaram de todas as votações por serem partidos novos, entretanto foram incluídos visto que após serem criados contaram com bancadas significativas.

¹⁵ Vale destacar que Scheeffler (2016) buscar verificar o peso da ideologia na Câmara dos Deputados e constata que, além da ideologia se sobrepor ao posicionamento estratégico, nos chamados “novos” temas a ideologia prevalece em

Gráfico 1 – Escala Esquerda-Direita a partir do posicionamento em plenário



Fonte: elaborado pelo autor

Segundo Tarouco e Madeira (2013; 2015), os partidos brasileiros têm sido classificados sem muitas controvérsias. A disposição de PT e PDT na esquerda, PMDB e PSDB no centro e PP, PTB, DEM, dentre outros, na direita, pode ser verificada em várias classificações adotadas. O gráfico 1 apresenta uma escala esquerda-direita a partir do posicionamento dos partidos em plenário e chamam a atenção algumas dissonâncias importantes em comparação com o que é vislumbrado corriqueiramente pela Ciência Política. Um primeiro dado interessante é a colocação do PT ainda no campo da esquerda, só sendo superado pelo PSOL, o partido mais à esquerda do espectro político. Mesmo o posicionamento não ideológico em temas que envolviam impacto financeiro, o posicionamento em temas que extrapolam a discussão sobre maior ou menor tamanho do Estado fez com que o PT ainda se localizasse à esquerda.¹⁶ Tal dado diverge de críticas como as proferidas por Genro e Robaina (2006). Levando em consideração o conjunto de leis analisadas não é possível afirmar, como previsto pelos autores, que o PT altera radicalmente sua natureza, isto é, deixa de ser uma força com características progressistas para se tornar uma força política reacionária. Ele ainda se apresenta como um partido de recorte socialdemocrata, caminho escolhido por parte significativa dos partidos de

todos os casos.

¹⁶ Scheeffler (2016) constata que quando estão em jogo recursos financeiros robustos, seja onerando significativamente ou então gerando receita vultosa ao Executivo federal, o posicionamento estratégico (governo/oposição) se sobressai. São exemplos as medidas que fizeram parte do pacote de ajuste fiscal conduzido pelo governo e com claro interesse em equilibrar as contas públicas. Nesses casos prevalece o PT governo e não o PT esquerda.

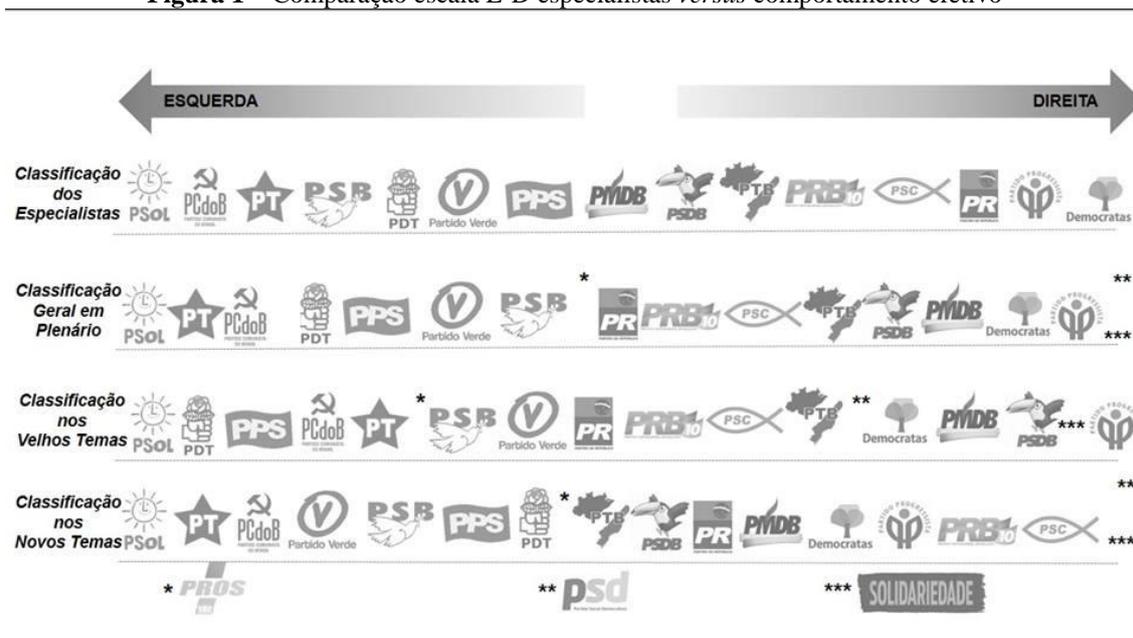
esquerda em nível mundial.

Embora PDT e PPS estejam logo à direita do PCdoB, o posicionamento em relação aos “novos” temas os empurraria mais para o centro. PROS, PR e PRB praticamente se enquadram no centro, partidos consensualmente alocados na direita em outras classificações. Diferente do que se poderia imaginar, o DEM não é o partido mais à direita do espectro político. Esse posicionamento inesperado se dá supostamente por suas escolhas estratégicas. O partido votou em 88% dos casos em consonância com o líder da minoria. O PSDB se localiza em posição semelhante, parecendo estar em situação análoga ao DEM. Foi o partido que mais votou conforme o líder, 94,4%, mesmo que em alguns casos implicasse possivelmente em um voto não programático. Caminhando para a direita está o PP. PSD e SD são os partidos mais à direita do espectro político.

No tocante aos partidos que vêm polarizando a disputa política em nível federal, PT e PSDB, é clara a grande discrepância de posicionamento em plenário, sobretudo nos “novos” temas (2,3 – 60,7). O PSDB se localiza à esquerda do PMDB, mas, ainda assim, ambos muito mais próximos da direita do que do centro. Provavelmente, o dado mais surpreendente seja o posicionamento do PMDB. O comportamento da bancada fez com que o partido se colocasse na escala à direita do PSDB e à esquerda do DEM. Documento recente apresentado pelo PMDB à nação e intitulado “Uma Ponte para o Futuro”, talvez explique esse movimento. Servindo como uma espécie de receituário para a saída da crise, apresenta iniciativas para superar o que chamam de “imobilidade política”. Defende, dentre outras coisas, a redução das despesas públicas, diminuição da carga tributária, sugere acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, aumento do superávit primário, bem como a participação mais efetiva do setor privado. Sugere a pertinência de um Estado mais enxuto para fazer frente à profunda recessão e severa crise fiscal (PMDB, 2015). Em linhas gerais, deixa clara a direção das mudanças, avessa às origens históricas do partido e às lutas e bandeiras oriundas do antigo MDB. Uma mudança de identidade expressiva e que ainda não é satisfatoriamente abarcada pela Ciência Política.

Tarouco e Madeira (2015) apresentam dados de um *survey* aplicado a cientistas políticos no Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2010. Foi solicitado que os participantes das áreas temáticas de eleições e representação política e instituições classificassem os partidos políticos em uma escala de 7 pontos em que 1 representava extrema esquerda e 7 a extrema direita. De forma mais precisa, o quadro 4 apresenta os resultados do *survey* respondido por especialistas, bem como a classificação dos partidos a partir do comportamento em plenário (geral e a partir do posicionamento em “velhos” e “novos” temas). Embora os especialistas fossem perguntados sobre o posicionamento de 27 partidos, a título de comparação foram levados em consideração os partidos mais relevantes e presentes no gráfico 1.

Figura 1 – Comparação escala E-D especialistas *versus* comportamento efetivo



Fonte: classificação dos especialistas: adaptado de Tarouco e Madeira (2015) / demais classificações: dados da pesquisa

É interessante perceber em que medida a classificação realizada por especialistas coincide ou diverge da classificação pautada na atuação dos partidos na Câmara dos Deputados. Em se tratando de partidos tradicionalmente considerados de direita, excluindo os novos PSD e SD, o PP se demonstra mais à direita que o DEM. PR se posiciona mais à esquerda do que o esperado, provavelmente por votar com o governo em vários momentos. No campo da esquerda, PT, PCdoB, PDT, PPS, PV e PSB acabam estando em localizações levemente diferenciadas, chamando a atenção que, a partir do posicionamento em plenário, o PPS se localiza à esquerda de PV e PSB, na contramão da asserção de que o partido estaria caminhando para a direita. No geral não é possível afirmar que são muito substanciais as diferenças entre a classificação dos especialistas e a oriunda da atuação parlamentar.

Discretizando os posicionamentos em “velhos” e “novos” temas, percebe-se o quanto que diferentes pautas impactam sobremaneira no comportamento dos partidos. Levando em consideração o comportamento parlamentar em temas clássicos, PV e PR localizam-se ao centro do espectro político e o PP o mais à direita. De fundamental importância é a localização do PMDB e do PSDB, ambos na extrema direita da escala, só à esquerda do SD e do PP. Em se tratando de “velhos” temas, é possível afirmar que PMDB e PSDB se comportam conforme o que esperaria dos partidos de direita. Em relação ao PSDB, o que foi verificado permite aferir que embora o partido tenha se originado como um partido de centro-esquerda, seu comportamento revela uma aparente adesão à direita, mormente em temas clássicos que nortearam a divisão esquerda e direita.

De forma distinta, em relação aos “novos” temas, o PV aparece à esquerda da escala,

com um constatado impacto da postura do partido em temas relacionados ao meio ambiente, e diante outras questões pós-materialistas. Por sua vez, o PSC encontra-se na extrema direita. Assim como a questão ambiental está para o PV, o (neo) conservadorismo em questões de cunho moral e comportamental está para o PSC. O SD foi o partido que se portou de forma mais condizente com o que se esperava dos partidos de direita nos temas contemporâneos. Votou de forma correspondente com uma taxa de adesão bastante significativa (75%).

6 Conclusão

Fato relevante parece ser constatar o grau em que partidos de esquerda e direita diferenciam-se significativamente em relação a pautas e prioridades, não fazendo sentido, de antemão, considerar os partidos localizados no mesmo espectro político como semelhantes. Como comparar, por exemplo, partidos de direita como DEM e PP com PSC e PRB? Os dois primeiros demonstram-se claramente preocupados com questões clássicas como a defesa de um Estado menos interventor. Os dois últimos, diferentemente, nascem e se autodeclaram como defensores da família e dos costumes, ou seja, têm um caráter explicitamente conservador.

Se em relação aos “velhos” temas o PSDB se comporta como um partido de direita, o mesmo não ocorre em relação aos “novos” temas, se situando muito mais à esquerda, no centro, como seria previsto. A exemplo do que foi verificado na votação do PL 7699/2006 (identidade de gênero), não é exequível alegar que o partido se comporte de forma conservadora. Ainda assim, como apontado por Tarouco e Madeira (2013), há de se considerar que os partidos acabam com o passar do tempo também acolhendo outros temas, sobretudo questões pós-materialistas que inclusive ganham espaço na opinião pública.

Para além dos programas partidários, respostas dos agentes políticos captadas em *surveys*, ou ainda, a análise realizada por especialistas, a mensuração do comportamento efetivo se demonstra um importante balizador das semelhanças e diferenças político-ideológicas dos partidos brasileiros. Mesmo diante da gama enorme de variáveis que interferem em última instância nas decisões políticas, fica a pergunta se, no final das contas, o que mais importa não é o comportamento político, em se tratando de legislativo, o posicionamento em plenário.

Embora a alocação dos partidos em uma escala Esquerda-Direita se dê de forma linear e em um *continuum*, isto não implica desconsiderar que a discussão seja multifacetada e labiríntica, cabendo à Ciência Política concentrar energias para requalificar o uso dos termos. Vale destacar a infinidade de variáveis concorrentes à ideologia, como pressão da opinião pública, atendimento a grupos de interesse e, talvez a mais importante delas, o posicionamento estratégico, isto é, o pertencimento ao governo/oposição. De qualquer forma, é inegável que as categorias esquerda e direita servem como atalhos informacionais importantes, embora, como toda tentativa de simplificação do mundo, apresentem limites.

A constatação de que, em muitos casos, a dicotomia esquerda e direita não dá conta da

diversidade de temas ideológicos que são fruto da complexidade das sociedades modernas, não permite inferir que estamos presenciando o fim das ideologias ou mesmo que chegamos ao "fim da história". Essa alegação, ao invés de trazer indicativos do enfraquecimento do poder explicativo das ideologias, ressalta sua elasticidade e possibilidade de se transformar com o passar do tempo. Este talvez seja o principal motivo da sua ainda vivacidade.

Referências

AGGIO, A. Construir uma esquerda transformadora. In: ALMEIDA, F. I. de. (org.). **O que é ser esquerda hoje?** Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. p. 101-106.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **Ideologia e comportamento eleitoral**: evidências de que a ideologia não é importante para explicar o voto. In: 25º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), Caxambu-MG, 16 a 20 out. 2001. **Anais...** Caxambu, 2001. Disponível em: < <http://www.anpocs.org.br/encontro/2001/01st15.htm> > Acesso em: 10 jul. 2016

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; BORÓN, A. (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.

BELCHIOR, Ana Maria. Are green political parties more post-materialist than other parties? An assessment of post-materialist forecasts” **European Societies**, v. 12, n. 4, p. 467-492, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BUDGE, Ian. et al. **Mapping policy preferences**: estimates for parties, electors and governments – 1945-1998. New York: Oxford University Press, 2001.

CHARNOCK, David; ELLIS, Peter. Postmaterialism and postmodernization in Australian electoral politics. **Electoral Studies**, v. 23, n. 1, p. 45-72, 2004.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Cláudio. **Ainda sobre esquerda e direita**: a polarização direita-esquerda refere-se também à desigualdade de honra social, e não apenas a desníveis econômicos. Qualidade da democracia, 17 jun. 2014. <http://qualidadedademocracia.com.br/ainda-sobre-esquerda-e-direita/> Acessado em: 12 mai. 2016.

DALTON, Russell J.; FARRELL, Dalton M.; McALLISTER, Ian. **Political parties and democratic linkage**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

DALTON, Russell J.; McALLISTER, Ian. Random walk or planned excursion? Continuity and change in the left-right positions of political parties. **Comparative Political Studies**. v. 48, n. 6, 2015, p. 759-787.

FERNANDES, José P. T. A ideologia do multiculturalismo. **Repositório Científico Lusófona**. 2013, p. 73-95. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4286/a_ideologia_do_multiculturalismo.pdf?sequence=1> Acesso em: 17 mai. 2016.

FIGUEIREDO, Argelina. C.; LIMONGI, Fernando. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: IUERJ, v.38, n.3, 1995, p.497-525.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GENRO, Luciana; ROBAINA, Roberto. **A falência do PT e a atualidade da luta socialista: ensaios sobre a falência do PT e a urgência de uma alternativa de esquerda.** Porto Alegre: L&PM, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

_____. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo.** São Paulo: Ática, 2010a.

_____. **Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo.** São Paulo: Ática, 2010b.

HOFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES.**, Campinas, v. 21, n. 55, 2001, p. 30-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 08 jan. 2007.

INGLEHART, Ronald. **The silent revolution.** Princeton: Princeton University Press, 1977.

JOU, Willy. How do citizens in East Asian democracies understand left and right? **Japanese Journal of Political Science**, v. 12, p. 33-55, apr. 2011, 2011.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

KINZO, Maria D. O quadro partidário e a Constituinte. In: LAMOUNIER, B. **De Geisel a Collor: o balanço da transição.** São Paulo: Sumaré, 1990.

_____. **Radiografia do quadro partidário brasileiro.** São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KLINGEMANN, Hans-Dieter. et al. **Mapping policy preferences II: estimates for parties, electors and governments in Central and Eastern Europe, European Union and Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) 1990-2003.** New York: Oxford University Press, 2006.

LAYMAN, Geoffrey C.; CARMINES, Edward G. Cultural conflict in American politics: Religious traditionalism, postmaterialism, and U.S. political behavior. **Journal of Politics**, v. 59, n. 3, p. 751-777, Aug, 1997.

LEONI, Eduardo. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a câmara dos deputados (1991-1998). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 361-386, 2002.

LEVIN, Yuval. **The great debate: Edmund Burke, Thomas Paine, and the birth of right and left.** New York: Basic Books, 2014.

LUCAS, Kevin; SAMUELS, David. A “coerência” ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (orgs). **O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 61-103.

MAIR, Peter. Left-right orientations. In: DALTON, Russell J.; KLINGEMANN, Hans D. **The Oxford Handbook of Political Behavior.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, jun. p. 93-113, 2007.

MELO, Carlos R.; CÂMARA, Rafael. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 55, no 1, 2012, p. 71 a 117.

MORAES, Reginaldo C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e

redefinição das relações Estado-sociedade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 13-24, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 20 dez. 2006.

OLIVEIRA, Amâncio J. de; ONUKI, Janina. Eleições, partidos políticos e política externa no Brasil. **Revista Política Hoje**, v. 19, n. 1, p. 144-185. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicohoje/article/view/3836/3140>> Acesso em: 2 jun. 2016.

OLIVEIRA, Heloisa Maria J. de. **Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. 29 out. 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

RODRIGUES, Leôncio M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados**. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROMA, Celso. **Agenda, ideologia e coesão partidária na Câmara dos Deputados**. In: 30º Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu-MG, 24 a 28 out. 2006 (CD-ROM).

ROSAS, João C.; FERREIRA, Ana R. **Left and right: the great dichotomy revisited**. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, 2013.

SADER, Emir. **O anjo torto: Esquerda e Direita no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SCHEEFFER, Fernando. **Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados: faz sentido ainda falar em esquerda e direita?** Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

SETEMBRINI, Domenico. Social-Democracia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 9. ed., 1997. p. 1188-1192.

SILVA, Roberto M. A. Da. Desafios da democracia participativa: padrões de relação Estado e sociedade no Brasil. Portal do Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAFDB12D224D/Texto%20Padr%C3%B5es%20de%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20Estado%20e%20Sociedade.pdf>> Acesso em: 19 dez. 2014.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, [1982].

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

TAROUCO, Gabriela. Brazilian parties according to their manifestos: political identity and programmatic emphases. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 54-76, 2011. Disponível em: <<http://www.bpsr.org.br/index.php/bpsr/article/view/114/105>> Acesso em: 11 nov. 2013.

TAROUCO, Gabriela da S.; MADEIRA, Rafael M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, v. 21, n. 45, mar, p. 149-165, 2013.

_____. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 24-39, jan.-mar. 2015. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18077>. Acessado em: 10 abr. 2016.

THOMASSEN, Jacques. Political communication between political elites and mass publics: the role of belief systems. In: MILLER, Warren E. et al. **Policy representation in western**

democracies. New York: Oxford University Press, 1999.

ZUCCO JR., Cesar. Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidential settings. **The Journal of Politics**, v. 71, n. 3, p. 1.076-1.092, 2009.

_____. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (orgs). **O congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 37-60.

Submetido em: 12/06/2018

Aceito em: 30/07/2018